

# Professora Bertha Becker publica livro sobre a Amazônia

Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora do Laboratório de Gestão do Território da instituição, a Acadêmica [Bertha Becker](#) irá lançar - na terça-feira (18), das 16h30 às 19h30 - o livro "**A Urbe Amazônica**", seu mais novo projeto. O encontro será realizado no bairro de Copacabana, em sua própria residência, no Rio de Janeiro. Para saber mais do que se trata a publicação, leia abaixo um pequeno resumo extraído do blog "[De Bertha Becker: Obras, Pensamentos e Reflexões](#)":

"Por que os núcleos urbanos, tão intrínsecos ao processo de sua colonização, não promoveram o desenvolvimento da Amazônia? A autora reexamina a história das origens das cidades amazônicas à luz das teorias de Jane Jacobs sobre as cidades como motores do crescimento econômico, e de Peter Taylor com respeito às relações entre cidades e destas com os lugares centrais.

A história da Amazônia revela que a região ficou à margem do Estado brasileiro, na dependência das demandas das metrópoles e países estrangeiros, passando por curtos períodos de crescimento seguidos de longos intervalos de estagnação. Se em tempos coloniais a apropriação do espaço amazônico pelos europeus seguiu diferentes modelos - catequização por missionários portugueses e espanhóis; fundação de aldeamentos para exportação de drogas do sertão colhidas por indígenas, seguida de intensificação do comércio e urbanização (Portugal); conquista da terra e busca obsessiva por ouro (Espanha); fundação de colônias agrícolas e cooperação com grupos indígenas (Holanda) - em épocas contemporâneas o Estado brasileiro favoreceu a expansão da fronteira agrícola do Sudeste para ocupar a Amazônia, que ocorreu com a formação contemporânea de uma fronteira urbana de imigrantes. Por sinal, o Estado brasileiro historicamente têm-se caracterizado pela implementação de uma geopolítica de controle territorial da Região Amazônica, criando novas instituições administrativas (vilas, cidades, capitais) sem fomentar o avanço social.

O trabalho novo na acepção de Jacobs, fundamento do dinamismo urbano e da expansão econômica, emergiu na Amazônia do trabalho velho representado pelo conhecimento e experiência tradicionais dos povos indígenas, conforme adaptado pelos europeus. Consistia numa combinação de novas maneiras de apropriação da terra, de gerenciamento e logística do escoamento dos fluxos exportadores da droga do sertão: a novidade não estava no produto, mas na sua escala de exploração, instituindo-se novas divisões sociais (escravos, imigrantes rurais) sem progressos distributivos. Entretanto, os vários **surtos econômicos** que ocorreram nos principais núcleos da região não resultaram em **dinamismo urbano** ou de expansão porque não conduziram à mudança de conteúdo, estrutura ou complexidade da economia.

Da mesma forma, as **redes de cidades** que definiriam um fluxo comercial que expandisse a economia regional através de uma substituição de importações não funcionaram na Amazônia porque ocorreu uma relação de subordinação hierárquica às demandas externas das metrópoles mundiais. O capitalismo industrial, que determina a expansão ou retração de determinados produtos e áreas,

estimulou surtos súbitos e abruptamente interrompidos que não permitiram a consolidação do crescimento efêmero gerado: ocorreu, por exemplo, com a borracha, a juta, o pau-rosa e a extração mineral. Também contribuíram para a debilidade da economia regional um mercado doméstico fraco e a perpetuação de desigualdades causada pela ausência de políticas públicas que promovessem justiça social.

As poucas cidades dinâmicas da Amazônia devem essa condição ao comércio associado à circulação, aos recursos e a privilégios políticos, e se destacam pela criação de trabalho novo industrial (Manaus), legado de um ou vários surtos (Rio Branco, Manaus, Santarém e Belém), geopolítica estatal (Rio Branco, Imperatriz), indústria cultural (Belém, Parintins) ou estímulo resultante da criação de universidades (Santarém). Em núcleos pequenos e numerosos, a cultura e o saber indígena e caboclo e os grupos camponeses que trabalham na floresta com produtos não madeireiros, formam um contingente diferenciado e resistente, de características próprias. Mas a região ainda se ressentida da falta de cadeias produtivas completas que estructurem e integrem os setores de produção, havendo o predomínio da economia informal e grande dependência do Estado brasileiro.

É urgente um novo padrão de desenvolvimento regional, capaz de melhorar as condições de vida das populações da Amazônia e superar as ameaças à sua sustentabilidade. O aproveitamento da biodiversidade frente às crises energética, climática e econômica releva a importância da floresta. Constituem novas e promissoras estratégias o mercado de carbono e outras medidas preservacionistas centradas em biomas, a atribuição de valor econômico compatível com commodities à floresta em pé, o reconhecimento do zoneamento natural dos tipos de vegetação, a recuperação das cidades como nós logísticos das redes e a criação de cadeias produtivas completas".

**Fonte: ABC com adaptações do Jornal da Ciência**